

## A IGREJA CATÓLICA E O GOLPE DE 1964

Angelo Barreiro Gonçalves\*

GONÇALVES, A. B. A Igreja Católica E O Golpe De 1964. *Akrópolis*, 12(1): 49-55

**RESUMO:** O presente trabalho aborda o posicionamento da Igreja Católica com relação ao golpe de Estado de 1964, que abortou o governo do presidente João Goulart. Para tanto, estudou-se o pensamento social da Igreja Católica através da análise de algumas encíclicas papais ligadas a área social, também a constituição “Gaudium et Spes” do Concílio Vaticano II (1963-1965). Analisou-se também a Ação Católica Brasileira, principalmente no que tange os movimentos de juventude a ela ligados e a sua práxis baseada nestes documentos, assim como seus conflitos com a hierarquia. Em relação ao golpe de Estado a abordagem é feita levando-se em consideração a falta de unidade da Instituição frente ao campo político e social, bem como as conseqüências sofridas pelos setores progressistas da Igreja logo após a tomada de poder pelos militares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Igreja Católica e Estado; CNBB; laicato católico; golpe de 1964.

## THE CATHOLIC CHURCH AND THE BLOW OF 1964

GONÇALVES, A. B. The Catholic Church And The Blow Of 1964. *Akrópolis*, 12(1): 49-55

**ABSTRACT:** The present work approaches the positioning of the Catholic Church regarding the coup d'état of 1964, that it aborted president João Goulart's government. For so much, it was studied the social thought of the Catholic Church through the analysis of some linked papal encyclicals the social area, also the constitution “Gaudium et Spes” of the Council Vatican II (1963-1965). it was also Analyzed the Brazilian Catholic Action, mainly in what it plays youth's movements to her linked and it's práxis based on these documents, as well as their conflicts with the hierarchy. In relation to the coup d'état the approach is made being taken into account the unit lack of the Institution front to the political and social field, as well as the suffered consequences for the progressive sections of the Church soon after the socket of power for the military ones.

**KEY WORDS:** Catholic church and State; CNBB; Catholic laical; blow of 1964.

## Introdução

Este estudo tem por objetivo analisar o comportamento da Igreja Católica frente ao golpe de Estado de 1964, bem como as divergências político-ideológicas presentes internamente na Instituição ou na relação hierarquia/laicato católico, no período 1960-1964.

Permanente e essencial (para muitos) é a presença religiosa na sociedade e nas relações humanas. Sendo o Brasil um país predominantemente católico e tendo a Igreja Católica exercido historicamente forte influência no pensamento político, ideológico e social brasileiro, uma análise sobre a participação desta Instituição no episódio do golpe de Estado de 1964 se faz relevante à medida que auxilia no entendimento dos motivos que levaram-na a ser uma das forças que colaboraram para a queda do presidente João Goulart.

A importância da análise das divergências de pensamento dentro da hierarquia da Igreja Católica se deve ao fato de ainda nos dias atuais a Igreja ser uma instituição heterogênea, cenário de disputas internas entre os chamados conservadores (hoje maioria), representados por grupos como a Ópus Dei e pela pentecostal Renovação Carismática Católica – RCC e entre os ditos progressistas, representados por bispos adeptos da Teologia da Libertação e no âmbito leigo pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, além de pastorais e movimentos ligados a área social.

## O Governo Goulart

Com o término do mandato do presidente Juscelino Kubstcheck em 1960, foi eleito Jânio Quadros, da UDN. Mas Jânio renunciou em agosto de 1961, após sete meses de governo. Como mandava a constituição, assumiria seu vice, João Goulart, do PTB. Considerado esquerdista e comunista pelos setores mais elitistas e, portanto, uma ameaça, Jango foi alvo de pressões políticas comandadas pelo partido de oposição da época, a UDN, por setores conservadores do exército, da Igreja, da imprensa e da burguesia que pretendiam impedir sua posse. Por outro lado, era apoiado por setores contrários aos conservadores e a favor da posse, principalmente o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola e algumas lideranças militares de poder decisório significativo.

Essa crise sucessória somente foi contornada com uma medida conciliatória: a aprovação de uma emenda à constituição, criando o parlamentarismo no país. A constituição foi cumprida, Jango assumiu o poder e a oposição foi atendida. Mas Jango não seria o efetivo governante do país, o poder estaria de fato nas mãos do primeiro ministro.

O parlamentarismo se mostrou ineficiente. De 1961 a 1963, Goulart se empenhou em eliminar esse sistema de governo imposto pelo Congresso, iniciando uma campanha para antecipar o plebiscito, que originalmente e constitucionalmente era previsto para 1965. O plebiscito foi então antecipado para 1962 e uma esmagadora vitória devolveu a Goulart os poderes que lhe foram tirados para assumir o governo, abolindo-se assim o parlamentarismo.

No governo, Jango tentou implantar as Reformas de Base

\*Graduado em História pela Unipar. O presente trabalho constitui parte da monografia de conclusão do Curso de Especialização em História pela mesma Universidade.

que visavam mudanças radicais no sistema financeiro, educacional, agrário, urbano e fiscal, tais propostas de reformas dividiram ainda mais a sociedade. Eram repudiadas pelos conservadores que as consideravam de caráter comunista, eram consideradas insuficientes por partes da esquerda, que as consideravam brandas, dividiam inclusive instituições como a Igreja, parte do clero as via como o início da “comunização” do país, outra parte as via como necessárias e as apoiava.

Desde o início de seu governo, Jango encontrou pela frente uma forte oposição, que se intensificou, transformando-se em conspiração. A ala oposicionista denunciava o “espectro comunista” que rondava o presidente, esse monstro (o comunismo) destruiria as famílias, aboliria a propriedade privada e acabaria com a religião.

Pressionado pelos movimentos conservadores, Jango buscou sustentação nas classes populares, nos sindicatos e nos movimentos de esquerda, os opositores do governo interpretaram essa atitude como o início da “cubanização” do país. O governo de João Goulart já iniciou-se de forma conturbada e foi acumulando tensões ao longo de seu período. Mostrou-se um governo oscilante, que não conseguiu impor-se à sociedade. O mundo vivia o contexto da Guerra Fria e o Brasil não ficaria de fora desta realidade, quando o presidente tentou aliar-se à esquerda para garantir sustentação política, teve seu mandato abortado por um golpe de Estado, a justificativa dos golpistas era evitar a implantação de um regime socialista no Brasil a exemplo do que ocorrera anos antes na Ilha de Cuba.

No dia 1º de abril de 1964, diante de pouca resistência governamental o golpe financiado pela CIA e liderado pelos militares, com total apoio das classes média e alta foi consumado, o Brasil agora seria governado por um regime ditatorial que duraria 21 anos.

## O Pensamento Social da Igreja Católica e o Laicato

### As encíclicas de João XXIII e suas influências na Igreja do Brasil

De acordo com (CASTRO, 1984) nos anos 50 a CNBB<sup>1</sup> impulsionou o envolvimento da Igreja brasileira com as questões de ordem social, no final dessa década essa questão começa a amadurecer ainda mais, influenciada também pela ascensão do papa João XXIII, em novembro de 1958, é em seu pontificado que são publicadas as encíclicas *Mater et Magistra*, de 1961 e *Pacem in Terris*, de 1963, no mesmo ano seria iniciado o Concílio Vaticano II, cuja conclusão se deu no papado de Paulo VI.

Segundo a análise de (BRUNEAU, 1974) *Mater et Magistra* exerceu enorme influência sobre a Igreja brasileira, a partir dela, pela primeira vez, a CNBB se manifestaria nacionalmente para tratar de temas progressistas, como a necessidade de mudanças na área rural e política, inclusive, incumbindo o Movimento de Educação de Base - MEB, a Ação Católica Brasileira e o sindicalismo rural de ajudar

nessas mudanças.

A encíclica *Pacem in Terris* incentivou ainda mais o engajamento da Igreja nas questões sociais, a partir dela foi elaborada uma declaração ainda mais avançada sobre esse aspecto, onde a Igreja apontava a situação de subdesenvolvimento do país, defendia mudanças sócio-políticas e afirmava que o laicato deveria trabalhar para que as mudanças ocorressem.

### O protagonismo dos leigos na constituição “*Gaudium et spes*” do Vaticano II

O Concílio Vaticano II ocorreu de 1963 a 1965, mas levando-se em conta que os documentos da Igreja são orientações para alguns fatos que já estão ocorrendo no mundo e as relações dos católicos com eles, o conteúdo do mesmo foi considerado por alguns setores da Igreja, como um respaldo, agora oficial, escrito, para o que de certa forma já vinham praticando, mesmo que de forma tímida desde os anos 50, quando se iniciaram ações no sentido de valorizar a presença e o trabalho do laicato, através de mecanismos como a Ação Católica.

A partir da realização do Concílio Vaticano II, o leigo passou a contar com a possibilidade de uma atuação mais incisiva, inclusive em trabalhos até então restritos aos religiosos e sacerdotes, expressão dessa nova realidade pode ser verificada na primeira Campanha da Fraternidade a nível nacional, a de 1964, cujo tema era “*Lembre-se: Você também é Igreja*”.

O Concílio conclama os cristãos a serem vanguarda na luta social, “*São, por isso, de louvar e devem ser ajudados os cristãos, sobretudo jovens, que se oferecem espontaneamente para ir em ajuda dos outros homens e povos*”.(GS, n.88) Porém o documento, em outras partes, esclarece que esse protagonismo deveria ser exercido dentro do respeito às autoridades constituídas.

Há que se ressaltar que a juventude católica brasileira através de suas organizações (JAC/JEC/JIC/JOC/JUC) já vinha desempenhando papel importante nas questões de ordem social, antes e durante o governo Jango, exemplo disso é a JUC, que em 1960 no “Congresso dos Dez Anos”, faz uma opção radical pela participação política. (SALEM, 1981)

É oportuno ressaltar que, se por um lado a Igreja brasileira realmente estava preocupada com a miséria do povo e com a corrupção política, por outro lado ela também via na ação social uma forma de se combater os comunistas, que segundo ela, se aproveitavam do sofrimento do povo para proliferar sua ideologia, portanto, a promoção de reformas sociais pacíficas seria uma forma de combate aos que queriam promover uma revolução comunista no país.

A Igreja se aproximou do povo a partir da conscientização do leigo, principalmente dos movimentos de juventude oriundos da Ação Católica – Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Independente Católica (JIC); Juventude Operária

<sup>1</sup>A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, foi fundada em 1952 pelo então Monsenhor Hélder Câmara (que seria secretário-geral da Conferência por mais de 10 anos), com a aprovação do na época Monsenhor Montini (secretário de Estado do Vaticano), mais tarde este se tornaria Papa Paulo VI. O objetivo de sua fundação era instituir uma coordenação nacional para as dioceses que viviam plena expansão.

<sup>2</sup>O Movimento de Educação de Base – MEB foi criado pela Igreja Católica em 1961, a partir de encontros de bispos nordestinos. Articulando-se com a proposta de alfabetização de adultos de Paulo Freire, formou através do rádio milhares de monitores de educação de base, atingindo grande número de pessoas no nordeste e em outras regiões do Brasil. A proposta do MEB não era apenas alfabetizar, mas principalmente politizar e mobilizar socialmente as comunidades por ele alcançadas.

Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). Dentre os movimentos da Ação Católica Especializada, os que tiveram atuação mais destacada foram a JEC e a JUC, seus militantes se envolveram em vários programas sociais, patrocinados ou não pela Igreja, muitos passaram a trabalhar no Movimento de Educação de Base - MEB<sup>2</sup>, onde desenvolveram ampla capacidade de conscientização e mobilização sócio-política, além de vivenciar tensões cada vez mais freqüentes entre o laicato progressista e muitos padres e bispos conservadores e centralizadores, que não aceitavam a relativa autonomia gozada pelos leigos do MEB na realização de suas ações.

O forte engajamento social dos grupos ligados a Ação Católica, acabou despertando em seus militantes, principalmente nos jovens, uma ideologia progressista, não uma ideologia advinda da hierarquia, mas sim despertada no conviver e no trabalhar diretamente com as questões sociais.

### Juventude Católica e Movimento Estudantil

Os militantes da AC, principalmente jucistas, começaram a questionar o modelo de fé praticado no Brasil até aquele momento, não queriam fundar uma nova Igreja e sim, tornar a Igreja da qual faziam parte mais próxima do povo, até então, por ela negligenciado.

A práxis da JUC foi o infiltramento nas organizações estudantis universitárias. No início dos anos 60, os militantes católicos venceram as eleições do Diretório Central dos Estudantes da PUC-Rio. Rapidamente a juventude leiga católica passou a dominar politicamente a maioria dos diretórios das Universidades Católicas e das universidades oficiais, tal domínio se estendeu a UME (União Metropolitana dos Estudantes) do Rio de Janeiro, a algumas UEEs (União Estadual de Estudantes) e até mesmo a UNE (União Nacional dos Estudantes).

A partir de 1960 os movimentos de juventude católica passaram por uma transformação radical, embora não tenha havido nesse momento uma ruptura com os bispos, a JUC e a JEC passam a agir de forma cada vez mais autônoma, “consideraram que o movimento lhes pertencia, mas que a relação com a hierarquia era útil para apoio e legitimidade”. (BRUNEAU, 1974, p.184)

Fato marcante dessa “virada” foi o Congresso dos Dez Anos da JUC, em julho de 1960, dele resultou o documento “Bases Mínimas para o Ideal Histórico do Povo Brasileiro”, no qual o movimento expressava sua opção radical pela participação política. Em 1961 (mesmo ano de publicação da *Mater et Magistra*), a radicalização se mostrava cada vez mais explícita, a JUC realizou seu Encontro Nacional em Natal-RN, sob o tema “O Evangelho, fonte da Revolução Brasileira”. Também em 1961, os jucistas do Diretório Central dos Estudantes da PUC-Rio (Grupão), lançaram um manifesto que conclamava os universitários cristãos a assumirem sua missão evangélica de agentes transformadores: “Assim, sem conferirmos ao econômico a única verdade, consideramos que não é possível qualquer modificação do status global sem uma radical transformação das estruturas econômicas...” (Manifesto do DCE da PUC-Rio, 1961. In: CASTRO, 1984, p.76)

Helena SALEM salienta que a vanguarda leiga avançava rapidamente em termos políticos, mas que o

mesmo não ocorria com o episcopado, que exercia cada vez mais pressões sobre o laicato, até que em outubro de 1962 a Comissão Central da CNBB suprimiu de vez a liberdade de ação da JUC, alegando que era preciso conter a sua “marxização”. Conforme (BRUNEAU, 1974) em 1963 as comunicações entre a JUC e a maior parte da hierarquia estavam completamente rompidas.

A partir de 1964, a repressão dos militares atingiu diretamente os membros da Ação Católica, que se viram abandonados pela CNBB, com exceção de Dom Hélder Câmara, Dom Candido Padim, Dom José Maria Pires e outros poucos, que munidos de muita coragem, agiram por conta própria.

### A Igreja Católica e o Golpe de 1964

#### Igreja Católica, contra ou favorável ao golpe?

Para (CASTRO, 1984) a grande maioria dos bispos e padres apoiou o golpe de 1964, “.../ seria faltar com a verdade histórica dizer que a maioria do clero e dos católicos não aderiu ao golpe de 1º de abril de 1964”. (CASTRO, 1984, p.80)

Tal apoio ao movimento golpista também é confirmado por (BETIATO, 1985), segundo o qual, a Igreja Católica apoiou o golpe:

*A Igreja, em meio à confusão, preferiu apoiar o golpe. Veio dos Estados Unidos o Pe. Patrick Peyton especialmente para mobilizar contra o ‘comunismo’ as classes médias da sociedade. Organizou uma cruzada religiosa com o lema: A família que reza unida, permanece unida.* (BETIATO, 1985, p.71)

O padre Peyton, anticomunista convicto, lançou a Campanha do Rosário em Família e promoveu uma forte campanha entre os católicos contra o governo de Goulart, seus sermões exerceram influência sobre várias senhoras católicas de classe média, que com seus rosários em punho, perturbaram um comício de Brizola em Belo Horizonte e uma entrevista do governador Miguel Arraes.

Grande parte da Igreja serviu como meio de propagação do medo do “fantasma comunista”, uma verdadeira paranóia que foi incutida na sociedade, principalmente nas classes média e alta, através de sermões ou mesmo de passeatas contra Goulart, como a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas (uns registraram 300 mil, outros 500 mil) em 19 de março de 1964 na cidade de São Paulo e outra multidão no Rio de Janeiro, no dia dois de abril de 1964, agora para comemorar a queda de Jango, o “demônio comunista”. Durante a passeata carioca, grupos mais exaltados destruíram e incendiaram a sede da UNE na praia do Flamengo e o jornal Última Hora, que não havia apoiado o golpe.

A Macha da Família com Deus pela Liberdade foi organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia e pela União Cívica Feminina, com o incentivo de setores do clero. A de São Paulo saiu da Praça da República e terminou na Praça da Sé, onde foi rezada uma missa “pela salvação da democracia”.

A marcha paulista contou com o apoio do deputado Cunha Bueno, do governador Ademar de Barros e sua esposa, que ajudou na convocação, recebeu também o apoio



da Federação e do Centro das Indústrias de São Paulo, além das presenças entre a multidão do presidente do Senado, Auro de Moura Andrade e do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Durante a manifestação foi distribuído o “Manifesto ao povo do Brasil”, incitando a população contra Jango. (CPDOC/FGV)

Segundo (BUENO, 1997) a União Cívica Feminina (UCF) e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), eram patrocinadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgão criado por empresários para fomentar a expansão capitalista. O IPES era financiado por empresas estadunidenses, figurando entre seus objetivos a derrubada do presidente Goulart.

De acordo com os organizadores, a Marcha foi uma refutação ao comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março, neste ato Jango havia anunciado seu programa de Reformas de Base e aparentemente pendia ainda mais para a esquerda. Neste comício, referindo-se ao episódio envolvendo Brizola e as senhoras católicas em Belo Horizonte, Jango disse que “os rosários da fé não podiam ser levantados contra o povo”. (BUENO, 1997, p.251)

CASTRO explica que parte do clero e instituições católicas como a Pia União das Filhas de Maria e as Congregações Marianas masculinas lá estavam presentes, registrou-se inclusive, a presença “do então cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Agnello Rossi, que estava na primeira fila da Marcha”. (PUCCI, 1984, p. 48)

Nas duas passeatas era visível e notável a presença da classe média brasileira, empunhando faixas com dizeres tais como: “Nossa Senhora Aparecida, ilumina os reacionários” ou “Deus é a verdade, democracia é a liberdade”. A sociedade brasileira assistiria a tudo após a subida dos militares, menos democracia. Já a população pobre, na visão de (CASTRO, 1984), delas participou muito pouco.

A imprensa deu as duas marchas uma enorme cobertura, os jornais as saudavam como marcos históricos, “num ambiente de intensa euforia e sob uma chuva de papel picado, mais de 500.000 pessoas participaram da ‘Marcha da vitória com Deus pela liberdade’”. (Jornal O Estado de São Paulo, 03 abril 1964)

A obra de (BRUNEAU, 1974) relata que o cardeal do Rio, D. Jaime, aprovava as marchas, mas o núncio papal no Brasil, D. Armando Lombardi era contrário a elas, opinião compartilhada pelo cardeal de São Paulo, D. Mota, mais uma vez a heterogeneidade da Igreja se manifestava.

Segundo (SALEM, 1981) os bispos reformistas também se apavoraram com o perigo de “cubanização” do país, e apoiaram o golpe como uma espécie de saída segura, preventiva, “assim não é de se estranhar também que a maioria dos bispos (inclusive alguns reformistas) apóie em 1964 o golpe militar contra o governo do Presidente João Goulart...” (SALEM, 1981, p.26). Até mesmo D. Paulo Evaristo Arns (tornaria-se mais tarde um ícone na defesa dos que lutavam contra o regime), que em 1964 ainda não era bispo, mostrou-se simpático ao golpe. Os discordantes desse apoio, que eram minoria, foram “abafados” dentro da própria Igreja.

Transcrevemos aqui, fragmentos da entrevista concedida por D. Arns à jornalista Helena Salem:

P – Como o sr. encarou o golpe militar de 1964?

R – Todos temiam o processo de deterioração, embora soubessem de muitos planos em relação ao campo e ao mundo do trabalho, que em circunstâncias normais seriam extremamente benéficos. No primeiro momento, achamos que o golpe seria uma possibilidade de correção da História, sem imposições autoritárias. As cassações e os atos nos tiraram a ilusão.

P – Que fatores determinaram a sua transformação, levando-o a assumir posições de resistência ao regime?

R – Não houve transformação, acredito. Tanto a repressão quanto a situação nas periferias determinaram as nossas posições e a atividade da Igreja. (SALEM, 1981, p.150)

Helena SALEM também entrevistou D. Hélder Câmara:

P – O que levou a esmagadora maioria dos bispos brasileiros a legitimarem o golpe militar de 1964?

R – A publicidade, no Brasil e no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos, apresentava a situação do país como se realmente estivéssemos a um palmo da cubanização. Veio dos Estados Unidos, para percorrer diversas regiões do Brasil, o Movimento do Rosário pela Família. É fácil entender que boa parte dos brasileiros tenha visto no movimento de 1964 uma salvação do comunismo. O fato é que, rapidamente, as ilusões cessaram. E, a cada dia, contamos com a colaboração magnífica da realidade do país. Basta honestidade e a realidade transforma o mais conservador em pessoa alerta contra as injustiças desumanas... (SALEM, 1981, p.109)

De acordo com (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985) as mudanças ocorridas no Brasil a partir de 1960 e notadamente 1964, coincidiram com transformações que se iniciavam no interior da Igreja, influenciadas pelo Concílio Vaticano II, a partir daí, a Igreja se envolvia cada vez mais nas questões sociais, através da hierarquia e principalmente através de organizações leigas. Embora minoritárias, alas da Igreja apoiavam as Reformas de Base de Jango, setores regulares (bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas) e principalmente setores seculares ligados a Ação Católica, mais incisivamente os movimentos de juventude: Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

Na visão de (BRUNEAU, 1974) o presidente Goulart tentou se aproveitar dessa simpatia de setores da Igreja por suas Reformas de Base para se manter no poder. O autor cita o ocorrido uma semana antes do golpe, em que Dom Hélder Câmara e Dom Carmelo Mota procuraram-no para alertá-lo que sua política, considerada por eles como irresponsável, poderia derrubá-lo. Jango os convidou para o almoço e durante o mesmo, os bispos foram fotografados com o presidente, as fotos foram publicadas nos jornais e a maioria das pessoas as interpretaram como uma demonstração de apoio dos bispos a Goulart.

No entanto, quando ocorre o golpe, ainda eram restritas as áreas da Igreja que haviam alcançado essa sensibilização social e a grande maioria da hierarquia acabou “fechando” com o golpe, alguns bispos e padres chegando, inclusive, ao extremo de denunciar aos militares membros do próprio clero e leigos, acusando-os de serem parte do

“perigo comunista”.

Referindo-se a análise do intelectual católico Márcio Moreira Alves, (MORAIS, 1982) relata ter o mesmo afirmado que a Igreja tentou manter acordos com o governo militar que se instalava, por engano ou na tentativa de manter seu poder e privilégios, porém, com o tempo, devido às ações truculentas do regime, inclusive contra membros da Igreja, tal acordo se mostrou inviável. Ainda segundo o autor, a hierarquia em grande parte, tinha consciência das implicações de seu apoio aos golpistas, não podendo, portanto, alegar inocência histórica com relação a 1964.

De acordo com o padre (BESEN, 2000) quando a perseguição bateu com força às suas próprias portas, perseguindo religiosos e leigos, quando o regime disseminou a tortura dos opositores e todo tipo de controle, a Igreja mudou sua postura a respeito do regime, “*não era mais possível fechar os olhos, pois os filhos e filhas da Igreja e os líderes da sociedade estavam sendo perseguidos*”. (BESEN, 2000, p.05)

### Frei Betto

A análise do pensamento de Frei Betto (Dominicanos) acerca do golpe e de outros assuntos da Igreja reside no fato deste ser um dos expoentes da chamada Igreja progressista brasileira e de ter sido perseguido pelo regime militar enquanto leigo e mesmo após ter se tornado religioso.

Em artigo publicado pelo Jornal Igreja Nova de Recife, Frei Betto narra o episódio vivido por ele nos primeiros dias de abril de 1964:

*Na última semana de março, eu me encontrava em Belém do Pará, no Congresso Latino-americano de Estudantes. A 1º de abril, estourou o golpe militar. Escondi-me no seminário. Mas o arcebispo, Dom Gaudêncio Ramos, passou a colaborar com a polícia, interessada em deter os padres 'subversivos'. Ora, se nem o clero podia contar com o bispo, o que seria de nós leigos? Corri para a agência da Varig. Minha passagem Belém-Rio, tinha sido dada pelo Betinho, chefe de gabinete do então ministro da Educação, do governo Jango, Paulo de Tarso dos Santos, deposto pelo golpe. A atendente desapareceu com o meu bilhete. Retornou pouco depois. Comunicou que todas as passagens cedidas pelo governo anterior estavam canceladas. Fiquei ali aturdido entre inúmeras pessoas que tentavam deixar a capital paraense. Na capa do bilhete, um carimbo nítido: 'Cancelado'. Rasguei a capa e estendi a passagem para outra atendente:*

*- Já que não há mais lugar para o Rio, pode desdobrar minha viagem via Recife? Fui atendido. Desembarquei no aeroporto de Guararapes no dia da posse de Dom Hélder. Cheguei ao palácio episcopal de Manguinhos na hora da recepção. Ao saudar o novo arcebispo, manifestei interesse em falar-lhe em particular. O homenageado largou a festa, trançou-se comigo numa sala e ouviu atento o que eu tinha a relatar sobre a Igreja de Belém do Pará. (Jornal Igreja Nova, n.º. 60, Janeiro/Fevereiro de 1998)*

### A CNBB pronuncia-se oficialmente a respeito do golpe

Os bispos conservadores conseguiram aprovar na CNBB, que esteve reunida entre 17 e 29 de maio de 1964, um documento intitulado Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional, o mesmo foi publicado em 03 de junho de 1964, e cita que:

*O povo brasileiro via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder.../ e mais /... as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumisse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra.../ ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente.../... Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenha havido facilidades e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou da inadequada apreciação dos fatos.../ Por outro lado, não aceitamos, nem jamais poderemos aceitar a acusação injuriosa, generalizada e gratuita, velada ou explícita, de que Bispos, Sacerdotes e fiéis ou organizações, como, por exemplo, a Ação Católica e o Movimento de Educação de Base (MEB), sejam comunistas ou comunizantes. Isto se deve, às vezes, à própria tática comunista, outras vezes a certos elementos inconformados com a atitude aberta e corajosa de verdadeiros apóstolos da Igreja, do Clero e do Laicato, que pregam a sã doutrina, seja contra o comunismo, seja contra gritantes injustiças sociais e focos de corrupção e de degradação dos valores morais. (Declaração da CNBB sobre a situação nacional. In: CASTRO, 1984, p. 88 e 89)*

Helena SALEM cita que esta reunião da CNBB foi marcada pelo “racha” entre os bispos, havendo inclusive, dois textos diferentes para a constituição da declaração, um elaborado pelo ultraconservador D. Sigaud, bispo de Diamantina-MG e outro de D. Hélder Câmara, arcebispo da diocese de Olinda e Recife. Como não houve acordo, as duas propostas foram englobadas numa só declaração, a primeira parte transcrita acima, que louva a Deus e aos militares por terem dado cabo ao perigoso governo de Goulart, evidentemente é de D. Sigaud, a outra parte que já apontava os excessos dos militares é de D. Hélder, “*Não nos curvamos, porém, às injunções de política partidária, nem às pressões de grupos de qualquer natureza, que pretendam por acaso, silenciar a nossa voz em favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça*” (SALEM, 1981, p.26/27) ainda nesta parte consta “*.../... na urgência da restauração da ordem social, em bases cristãs e democráticas*”, apesar do constante na parte escrita por D. Hélder ser discordante do conteúdo da parte de D. Sigaud, no seu essencial, a declaração apóia o golpe.

O padre (ANTONIAZZI, 2002) também interpreta que a declaração apóia a “revolução” e ainda agradece aos

militares por seu feito, opinião compartilhada por (MORAIS, 1982), segundo seu parecer, a liderança da Igreja mostrava-se aliviada por ter sido espantado o eminente perigo de um governo à esquerda, seus agradecimentos não se limitaram apenas aos militares, mas segundo o próprio documento dá a entender, esses se estendiam aos vários setores, nacionais e internacionais que planejaram e deram sustentação ao golpe, “*e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente*”. (Declaração da CNBB sobre a situação nacional. In: CASTRO, 1984, p. 88 e 89)

Mas, por que a Igreja, que aparentemente estava interessada na promoção de transformações sociais teria manifestado apoio ao movimento golpista? Na verdade, o que a Igreja queria (mesmo grande parte da hierarquia progressista) era a promoção de reformas em vários âmbitos da vida política e econômica do país, no entanto, não defendia reformas radicais, não defendia rupturas. O que a instituição defendia era um capitalismo mais brando, uma social-democracia. Segundo a análise de (METTE, 1991) o pensamento social da Igreja apresentado através de suas encíclicas e documentos, condena tanto o socialismo, quanto o capitalismo liberal. A Igreja Católica defende uma reformulação, mas que esta seja executada dentro do sistema capitalista, não se propõe portanto, uma sociedade socialista.

Além do que, era necessário conter, através de reformas brandas, o ímpeto dos comunistas, que estariam se aproveitando do estado de miséria da população para promover suas utopias marxistas e anticristãs.

A CNBB foi muito prejudicada pelo golpe de 1964, pois o mesmo gerou a desmoralização do grupo progressista, que desde sua criação em 1952 até 1964, dominava a maioria dos cargos da entidade. Os mais importantes membros desse grupo, como Dom Hélder e Dom Carmelo Mota foram transferidos para dioceses afastadas e com menor peso de influência, passando a dedicar-se principalmente a seus problemas de ordem local. No final de 1964 o grupo dos progressistas sofreu ampla derrota nas eleições da CNBB, a partir dali a entidade perderia sem ímpeto na questão social, não mais se manifestando nacionalmente a esse respeito, fato que só voltaria a ocorrer novamente a partir de 1968. (BRUNEAU, 1974)

### Conclusão

Conclui-se que, apesar de passar no início da década de sessenta por um momento de transformações e de relativa abertura no campo político e social, decorrência do Concílio Vaticano II e, apesar de alguns setores do clero e principalmente setores do laicato, especialmente os ligados aos movimentos de juventude da Ação Católica apoiarem as Reformas de Base, a hierarquia da Igreja Católica, em sua maioria, apoiou o golpe militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Tal atitude se deu como medida preventiva contra o “perigo vermelho” que já havia se instalado em Cuba e que rondava o Brasil. No início do governo militar esse apoio foi mantido pela maioria dos bispos, mesmo diante das já iniciadas perseguições contra

leigos católicos e mesmo membros do clero.

À medida que as perseguições por parte do regime se intensificaram e que seus governos promoviam uma ruptura com a doutrina social da Igreja e com os direitos humanos, e à medida que cada vez mais membros do clero eram atingidos pela mão forte do regime, a maioria da hierarquia se voltou contra o regime e passou a exigir o retorno à normalidade democrática.

Outro importante acontecimento que influenciou na mudança de posição da Igreja brasileira foi a Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín (Colômbia), realizada em 1968, por coincidência, o mesmo ano de decreto do AI-5, que intensificou a ditadura. Medellín traduziu para a América Latina as grandes linhas do Vaticano II, a partir dali, a Igreja latino-americana começava a se tornar “Igreja Povo de Deus”<sup>3</sup>, mais preocupada com suas ações, com as condições materiais de vida da população, atenta a questão “corpo e espírito”. Depois de Medellín não havia mais condições de se fingir que tudo corria bem, enquanto os “filhos e filhas” da Igreja eram perseguidos, a partir daí, a Igreja Católica passou a exercer um papel importantíssimo na luta contra a ditadura.

### Referências Bibliográficas

- ANTONIAZZI, A. A igreja católica e a situação política. **CNBB – Encarte: Conjuntura Social e Documentação Eclesial. Leitura sócio-pastoral da igreja no Brasil (1960-2000) – 2.** Brasília, n. 641, 16 ago. 2002.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BESEN, J. A Igreja e as transformações da sociedade. **Jornal Missão Jovem**, [S. l.], ago. 2000. n. 148, p. 05.
- BETIATO, M. A. **Da ação católica à pastoral de juventude.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- BETTO, Frei. Dom Hélder Câmara, 90 anos. **Jornal Igreja Nova.** Recife, Jan./Fev. 1998. n. 60.
- BRUNEAU, T. **O catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1974.
- BUENO, E. **História do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Publifolha, 1997.
- CASTRO, M. **64: conflito igreja x estado.** Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.
- CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). – Fundação Getúlio Vargas (2003). Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm>>. Acesso em: 19 dez. 2003.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB. (2003) Site oficial. Disponível em: <<http://www.cndb.org.br>>.

<sup>3</sup>O conceito “Igreja Povo de Deus” surge com o Concílio Vaticano II, o leigo deixa de ser um mero espectador para se tornar protagonista de sua história. A Igreja deixa de ser vista apenas como hierarquia para dar aos seus membros mais autonomia, voz e vez.

cnbb.org.br >. Acesso em: 19 dez. 2003.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta enc. Mater et Magistra**. São Paulo: Paulinas, 1980.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta enc. Pacem in Terris**. Lisboa: Sampedro, 1964.

METTE, N. Socialismo e capitalismo na doutrina social dos papas. In: a igreja e o socialismo. In: concilium/237, 1991/5. **Sociologia da religião. Rerum Novarum**: cem anos de doutrina social católica. Petrópolis: Vozes, 1991.

MORAIS, J. F. R. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982.

PUCCI, B. **A nova práxis educacional da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1984.

SALEM, H. (Coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Debates, 1981.

TOLEDO, C. N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. 1964: o golpe contra as reformas e a democracia populista. **Revista de Sociologia e Política da Universidade Estadual de Campinas**. Campinas, n. 2, 1994.

O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo: [s. n.], 03 abr. 1964.

PAULO VI, Papa. **Gaudium et Spes**: constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje. 6.ed. São Paulo: Paulinas, 1976.

